

8º Exame de Ordem - 1ª fase - 1998

Direito Civil

1. O princípio da "saisine", acolhido no direito das sucessões, refere-se:

- (a) Que o valor a ser atribuído aos bens é o do momento da morte do *de cuius*;
- (b) Que além do domínio é atribuído ao herdeiro a qualidade de possuidor no momento da abertura da sucessão;
- (c) Que o valor a ser atribuído aos bens será o do momento da elaboração do laudo de avaliação, evitando assim prejuízo ao fisco;
- (d) Que sendo a posse uma situação de fato a mesma não é suscetível de ser transferida por determinação legal.

2. Em razão de naufrágio ocorrido durante violenta tempestade no mar, vem a desaparecer o capitão da embarcação, sendo os demais membros da tripulação encontrados com vida dias depois, localizados em ilhas existentes próximo ao local do sinistro. Dada as circunstâncias, a família do capitão desaparecido deverá proceder quanto à ausência do mesmo:

- (a) Abertura da sucessão definitiva, diante da impossibilidade de sua sobrevivência;
- (b) Abertura da sucessão provisória enquanto as autoridades não declararem concluídas as buscas;
- (c) Requererá a curadoria do ausente para preservação de seus bens;
- (d) Requererá a tutela do ausente prestando caução.

3. São direitos reais de fruição sobre coisas alheias:

- (a) A enfiteuse, as servidões, o usufruto, o uso, a habitação e a promessa irrevogável de venda;
- (b) O penhor, a hipoteca, a anticrese, a enfiteuse e as servidões;
- (c) O uso, o usufruto, a habitação, o penhor, a hipoteca e a anticrese;
- (d) A hipoteca, a habitação, o uso, o usufruto, o empréstimo, o penhor e a cessão de uso.

4. Analisando o artigo 1.521, I do Código Civil que diz:

Art. 1.521 - São também responsáveis pela reparação civil:

I - Os pais, pelos filhos menores que estiverem sob seu poder e em sua companhia.

Podemos afirmar que:

- (a) O seu texto consagra a teoria objetiva da responsabilidade sem culpa, adotada pelo Código Civil Brasileiro, não havendo qualquer contradição;
- (b) O Código Civil adota a teoria da culpa, devendo o prejudicado sempre provar a culpa do agente, sendo apenas aparente a contradição;
- (c) O Código Civil adota a teoria da culpa objetiva, mas permite a prova em contrário;
- (d) O código civil adota a teoria mista, pouco importando a contradição aparente.

5. O *fumus boni iures* e o *periculum in mora* são elementos essenciais à obtenção de:

- (a) Sentenças definitivas mandamentais;
- (b) Tutela cautelar considerando a urgência;
- (c) Sentenças declaratórias;
- (d) Decisão interlocutória.

6. A natureza jurídica dos embargos de devedor, considerando seu caráter de ação incidental revela:

- (a) Tratar-se de ação mandamental quando visa liberar o bem penhorado;
- (b) Tratar-se de ação declaratória em oposição à execução;
- (c) Tratar-se de ação executiva, igualando-se a execução;
- (d) Tratar-se tão só de ação incidental.

7. O juiz que procede a instrução fica vinculado à decisão, envolvendo assim os princípios:

- (a) Do livre convencimento e da bilateralidade da audiência;
- (b) Da oralidade, da imediatidade, da identidade física do juiz e da concentração;
- (c) Princípio da demanda e da verossimilhança;
- (d) Da ação, da oralidade e da bilateralidade da audiência.

8. Havendo comprovado receio quanto a não imparcialidade do juiz na causa, a parte interessada deverá:

- (a) Argüir por meio de exceção a incompetência do juiz;
- (b) Argüir também por exceção o impedimento do juiz;
- (c) Argüir igualmente por exceção a suspeição do juiz;
- (d) Argüir, concomitantemente o impedimento e a suspeição do juiz.

Direito Penal

9. Durante o andamento de certo inquérito policial, em que se investigava a prática do delito de fraude processual e de sua autoria, é realizada a interceptação das comunicações telefônicas mantidas entre o indiciado e outras pessoas. A referida interceptação foi determinada por ordem judicial, devidamente fundamentada. Acrescente-se que, ao crime em questão, é cominada pena de detenção de três meses a dois anos e multa.

Assinale a alternativa correta:

- (a) Não poderia ter sido determinada a referida interceptação, tendo em conta que o fato investigado constitui infração penal punida com detenção;
- (b) Poderia ter sido determinada a referida interceptação, tendo em conta que o fato investigado constitui infração penal punida com detenção;
- (c) É vedada a interceptação penal na legislação vigente;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

10. Após discussão, Wagner Esperto ameaça Antonio De Paris, dizendo que iria matá-lo. Três meses após o fato em questão, o ofendido decide tomar as medidas legais cabíveis. Assinale a alternativa correta:

- (a) Nada poderá ser feito contra Wagner, pois decaiu o direito de representação do ofendido;
- (b) Nada poderá ser feito contra Wagner, pois decaiu o direito de queixa do ofendido;
- (c) O ofendido poderá oferecer representação contra Wagner pelo delito de ameaça;
- (d) O ofendido poderá oferecer queixa contra Wagner pela prática do delito de ameaça.

11. O representante do Ministério Público denuncia Fábio Redhair, afirmando ter o denunciado subtraído, para si, um relógio de propriedade de Rodrigo Arbustos. A mencionada subtração deu-se por meio de grave ameaça, tendo o denunciado se utilizado de arma de brinquedo, como simulação de uma verdadeira. Assinale a alternativa correta:

- (a) O fato descrito não constitui crime;
- (b) O fato descrito constitui contravenção penal;

(c) O fato descrito constitui crime;

(d) Todas as respostas acima estão incorretas.

12. Mário Antonio comparece à 9ª Delegacia de Polícia e requer a instauração de inquérito policial contra Pedro, pela prática do crime de furto, que sabe não ter sido cometido pelo último. Após a análise da notícia de crime apresentada por Mário, a autoridade policial determina a instauração de inquérito policial. Assinale a alternativa correta:

(a) Mário não praticou ilícito penal;

(b) Mário praticou o crime de falsa comunicação de crime;

(c) Mário praticou o crime de denúncia caluniosa;

(d) Mário praticou o crime de falso testemunho.

13. O Juiz de Direito da Comarca de Jupiri condena Mévio a pena de dois anos e três meses de reclusão, pela prática do delito de furto, na sua forma qualificada. A defesa de Mévio interpõe recurso apelatório, alegando que o processo seria nulo, por falta de nomeação de curador, tendo em vista ser o acusado menor de 21 anos. Acrescente-se que o mencionado Juiz nomeou defensor dativo ao acusado, já que o mesmo não havia constituído defensor de sua confiança. Assinale a alternativa correta.

(a) O processo não é nulo, já que foi nomeado defensor dativo;

(b) O processo é absolutamente nulo, já que não foi nomeado curador;

(c) O processo é relativamente nulo, já que não foi nomeado curador;

(d) Todas as respostas acima estão incorretas.

14. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro denuncia Tício pela prática do delito de estelionato. O Juiz de Direito, ao receber a denúncia, consigna, na decisão, a dispensa do interrogatório do denunciado, afirmando que o referido ato processual não teria relevância. Esta decisão foi tomada pelo referido juiz, não obstante a manifestação em contrário da defesa do acusado, que alegou cerceamento no seu direito de defesa.

Assinale a alternativa correta:

(a) O juiz decidiu legalmente; não é hipótese de cerceamento de defesa;

(b) O juiz decidiu ilegalmente; é hipótese de cerceamento do direito de defesa técnica;

(c) O juiz decidiu ilegalmente; é hipótese de cerceamento do direito de autodefesa;

(d) Todas as respostas acima estão erradas.

15. Arnaldo é preso em flagrante, praticando o delito de roubo. O Ministério Público denuncia Arnaldo pelo citado crime. A defesa do acusado requer a sua liberdade provisória, alegando não ser necessária a sua custódia cautelar. Ocorre, entretanto, que a prisão era necessária, pois havia motivo de fático que poderia autorizar a prisão preventiva. O juiz indefere o pedido, nos seguintes termos: "Indefiro o pedido de liberdade provisória".

Assinale a alternativa correta.

(a) O juiz poderia indeferir o pedido desde que fundamentasse sua decisão;

(b) O juiz poderia indeferir o pedido, mesmo não fundamentando sua decisão;

(c) A decisão foi perfeita. Foi ela bem fundamentada, já que necessária à prisão;

(d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. O Juiz Federal da 4ª. Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro designa audiência, com o objetivo de ser proposta a aplicação imediata da pena (transação penal), em face da manifestação do Procurador da República. Jair, suposto autor do fato, foi investigado pela prática,

em tese, de crime contra o meio ambiente, considerado de menor potencial ofensivo. No dia da audiência, Jair aceita a proposta ministerial.

Assinale a alternativa correta.

- (a) Não é cabível a transação penal nos crimes contra o meio ambiente;
- (b) É cabível a transação penal, desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental;
- (c) É cabível a transação penal, mesmo que não tenha havido a prévia composição do dano ambiental;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

Direito Trabalhista

17. O limite máximo para pagamento de salário *in natura* e/ou utilidade pelo empregador, é de:

- (a) 70%;
- (b) 30%;
- (c) 50%;
- (d) 20%.

18. O contrato de trabalho:

- (a) Jamais pode ser alterado;
- (b) Somente pode ser alterado se houver concordância, por escrito, do empregado;
- (c) Somente pode ser alterado se houver concordância do empregado e desde que a alteração não seja prejudicial ao empregado;
- (d) Pode ser alterado, a qualquer momento, dado ao livre arbítrio do empregador, na condição de dono do negócio.

19. Empregado afastado do serviço, por motivo de auxílio-doença:

- (a) Tem seu contrato de trabalho suspenso, sem prejuízo dos efeitos do contrato de trabalho;
- (b) Tem seu contrato de trabalho suspenso até os 15 primeiros dias do afastamento;
- (c) Tem seu contrato de trabalho interrompido, não produzindo efeitos seu contrato de trabalho desde o início do afastamento;
- (d) Tem seu contrato de trabalho interrompido, sem prejuízo dos efeitos do contrato de trabalho.

20. Os empregados domésticos:

- (a) Têm garantido todos os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho;
- (b) Têm garantido os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, à exceção do Fundo de Garantia por Tempo de serviço;
- (c) São equiparados aos trabalhadores autônomos para fins de aplicação dos direitos previstos na consolidação das Leis Trabalhistas;
- (d) Têm assegurado 13º. Salário, férias, aviso prévio, licença-paternidade, repouso semanal, licença gestante e aposentadoria previdenciária.

21. Quando é que duas ações são conexas?

- (a) Quando há identidade das partes, da causa de pedir, sendo o objeto de uma das ações mais abrangente e amplo do que o da outra;
- (b) Quando há identidade de pedidos, de parte e de objeto;
- (c) Quando a matéria submetida à apreciação do Juízo é idêntica;
- (d) Quando ajuizadas pelo mesmo autor e contendo postulações idênticas.

22. Marque a alternativa correta:

- (a) Na Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência;
- (b) Na Justiça do Trabalho podem ser opostas quaisquer exceções, como meio de defesa, estando o Juízo obrigado a apreciá-las

preliminarmente, antes de se adentrar ao mérito da questão;

(c) Na justiça do Trabalho a parte pode interpor Agravo Retido da decisão sobre suspeição e incompetência;

(d) Na Justiça do Trabalho não cabe arguir tais exceções.

Direito Comercial

23. O prazo de prescrição para executar o emitente de uma nota promissória é de:

(a) 5 anos a partir do vencimento;

(b) 3 anos a partir da emissão;

(c) 7 anos a partir do vencimento;

(d) 3 anos a partir do vencimento.

24. É correto afirmar que:

(a) A concordata pode ser preventiva, suspensiva ou amigável;

(b) A concordata preventiva abrange os credores quirografários e titulares de direito real de garantia;

(c) A concordata preventiva não resolve os contratos bilaterais do devedor, que continuarão sujeitos às normas do direito comum;

(d) O pedido de concordata preventiva depende da aprovação da maioria dos credores quirografários.

25. As características da sociedade anônima são:

(a) O capital dividido em ações e a responsabilidade dos acionistas limitada ao preço de emissão das ações;

(b) O capital dividido em ações e a responsabilidade dos sócios até o valor do total do capital social;

(c) O capital social dividido em quotas;

(d) O capital social dividido em ações ou debêntures, e a responsabilidade dos sócios até o valor do capital social.

26. O cheque deve ser apresentado para pagamento a contar do dia da emissão:

(a) No prazo de 60 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago, e de 90 dias quando emitido em outra praça;

(b) No prazo de seis meses;

(c) No prazo de três meses;

(d) No prazo de 30 dias, quando emitido no lugar do pagamento, e de 60 quando emitido em outra praça.

Direito Tributário

27. As taxas serão instituídas em razão de:

(a) Obras;

(b) Serviços;

(c) Compras;

(d) Alienações.

28. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, poderá ser progressivo o seguinte tributo municipal:

(a) O IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana);

(b) O IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores);

(c) O IR (imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza);

(d) O ISS (imposto sobre serviços de qualquer natureza).

29. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pela(o):

- (a) Lei;
- (b) Base de cálculo;
- (c) Fato gerador;
- (d) Decreto.

30. Em quantos anos prescreve o direito de cobrar o crédito tributário:

- (a) 30;
- (b) 20;
- (c) 10;
- (d) 5.

Direito Internacional

31. Roberta, brasileira, residente em Frankfurt-Alemanha, é casada com um francês. A filha do casal nasceu na Alemanha. Suponhamos que a França e a Alemanha adotem o *jus sanguinis*. E sabendo que o Brasil adota tanto o *ius soli* quanto o *ius sanguinis*. Qual(ais) a(s) nacionalidade(s) da filha do casal:

- (a) Alemã e brasileira, sendo que no último caso deverá fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira;
- (b) Alemã e francesa;
- (c) Francesa e brasileira, sendo que no último caso deverá fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira;
- (d) Francesa, alemã e brasileira, sendo que no último caso deverá fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira.

32. Os Estrangeiros residentes no Brasil gozam de quase todos os direitos e deveres dos brasileiros. Há, contudo, limitações previstas no nosso ordenamento jurídico. Assim sendo, podemos afirmar que:

- (a) A lavra de recursos minerais pode ser delegada à pessoa física estrangeira;
- (b) O estrangeiro residente no Brasil há mais de dez anos poderá ser proprietário de empresa jornalística, conforme estabelece nossa Carta Magna;
- (c) O estrangeiro não graduado em direito no Brasil poderá obter inscrição como advogado, desde que preencha os requisitos previstos no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil;
- (d) É constitucionalmente vedado o acesso de estrangeiros aos cargos, empregos e funções públicas em nosso país.

33. Pode-se afirmar que o visto de turista é:

- (a) Facultativo para os estrangeiros com autorização para residir no Brasil;
- (b) Dispensado aos nacionais de alguns países, dentre eles os integrantes do MERCOSUL;
- (c) Obrigatório para todos aqueles estrangeiros que desejem ingressar no Brasil;
- (d) Todas as respostas estão equivocadas.

34. Com relação aos Princípios Jurídicos que regulam o Instituto da Extradicação podemos afirmar que:

- (a) O estrangeiro extraditado jamais poderá retornar ao Brasil, salvo se um decreto presidencial revogar o decreto de extradicação;
- (b) Impede a extradicação o fato do estrangeiro ter filho brasileiro dele dependente;
- (c) O Supremo Tribunal Federal só extradita o estrangeiro para o país de sua nacionalidade, ainda que o delito tenha ocorrido no país que

solicite a extradição;

(d) Todas as afirmativas são falsas.

Direito Constitucional

35. Assinale a opção correta:

(a) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

(b) As organizações sindicais, as entidades de classe e as associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano são partes legítimas para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

(c) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

(d) O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa, física ou jurídica, esta em favor de pessoa física, e pelo Ministério Público.

36. Com pertinência ao Estado Federal brasileiro:

(a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos soberanos, nos termos da constituição Federal;

(b) Os Estados Federados, assim como o Distrito Federal, organizam-se e regem-se por Constituições, sancionadas pelos respectivos Governadores, e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal;

(c) Os Municípios regem-se por leis orgânicas próprias, votadas em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovadas por dois terços dos membros das respectivas Câmaras Municipais, às quais incumbe promulgá-las, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas Constituições dos Estados correspondentes;

(d) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas à União e aos Municípios.

37. Tendo em vista o controle de constitucionalidade:

(a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal em face da Constituição Federal;

(b) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público;

(c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Superior Tribunal de Justiça;

(d) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, pela via de exceção, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

38. Indique a alternativa correta:

(a) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, no que tange à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, este como integrante da estrutura organizacional do Poder Judiciário;

(b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou

dos limites da delegação legislativa;

(c) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo;

(d) Os juizes de Direito gozam das garantias da vitaliciedade que, no segundo grau de jurisdição, só será adquirida após um ano de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, da inamovibilidade, salvo motivo de interesse público, e da irredutibilidade de subsídios, com ressalvas da Constituição Federal.

39. Em tema de processo legislativo:

(a) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;

(b) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, por delegação do Senado Federal, somente nas hipóteses de normas que versem sobre a organização do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, a carreira e a garantia de seus membros;

(c) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma unitária de Estado, o voto direto, secreto e obrigatório para os analfabetos e maiores de setenta anos, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais;

(d) Os projetos de lei complementar, ante a peculiaridade das matérias sobre as quais cogitam, são de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

40. Aponte, em meio às questões abaixo, a alternativa formulada com INCORREÇÃO:

(a) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente;

(b) O deferimento de pedido de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, importa na suspensão da eficácia da norma impugnada até final decisão da Corte;

(c) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;

(d) A União não intervirá nos Municípios localizados nos Estados, exceto quando o respectivo Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Direito Administrativo

41. O ato administrativo, cujo objeto, efeito ou resultado é juridicamente inadequado à situação de fato que lhe haja determinado a prática, é considerado nulo por vício de:

(a) Ilegalidade de objeto;

(b) Desvio de finalidade;

(c) Inexistência de motivo;

(d) Incompetência.

42. O servidor público civil estável, cuja demissão é invalidada por sentença judicial, tem garantido seu retorno ao cargo anteriormente exercido, mediante:

(a) Reversão;

(b) Readmissão;

- (c) Recondução;
- (d) Reintegração.

43. A descentralização da execução de uma atividade administrativa para a órbita privada tem como instrumentos legalmente previstos:

- (a) As delegações de competência;
- (b) Os contratos e as concessões;
- (c) Os convênios;
- (d) Os consórcios.

44. A responsabilidade civil dos concessionários de serviços públicos é fundada no(a):

- (a) Risco administrativo e é objetiva;
- (b) Risco integral e é subjetiva;
- (c) Dolo e é subjetiva;
- (d) Culpa e é objetiva.

Deontologia Jurídica

45. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi eleito Deputado Federal, tomou posse e está exercendo o seu mandato legislativo.

Pergunta-se: Quanto ao exercício da advocacia e a OAB-RJ, como fica a situação daquele Advogado?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra as pessoas de direito público em geral;
- (c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, por consequência, não poderá exercer a advocacia;
- (d) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que estiver exercendo o mandato de Deputado Federal.

46. Um bacharel em Direito, aprovado no Exame de Ordem, fez sua inscrição principal no Quadro de Advogados da OAB-RJ, ficando assim apto e credenciado para:

- (a) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa, porém apenas dentro do Estado do Rio de Janeiro;
- (b) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa em qualquer Estado do Brasil;
- (c) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa no Estado do Rio de Janeiro e nos Estados vizinhos/limitrofes;
- (d) Patrocinar habitual e ilimitadamente qualquer causa no Estado do Rio de Janeiro e um número limitado de causas em qualquer outro Estado do Brasil.

47. Numa audiência, quando fazia a sustentação oral em processo cível, o Advogado do Réu injuriou e difamou o colega, Advogado do Autor. O que pode ocorrer?

- (a) O Advogado do Autor, ofendido, processar criminalmente o Advogado do Réu pela injúria e difamação por este proferidas;
- (b) Ser o Advogado do Réu (ofensor) apenas processado e punido pela OAB;
- (c) Ser o Advogado do Réu advertido pelo Juiz que preside a audiência e que cassará a palavra dele e até o excluirá do recinto, se ele continuar ofendendo o colega;
- (d) Nada pode acontecer com o Advogado do Réu (ofensor), uma vez que o Advogado goza da imunidade profissional prevista no art. 7º, § 2º, da Lei nº. 8.906/94.

48. Um Advogado, que já sofreu uma punição da OAB-RJ (censura), foi destituído pelo Cliente no curso do processo que patrocinava. Alegando

que o Cliente não quer pagar os seus honorários, retém valores e documentos do mesmo Cliente, recusando-se a prestar-lhe contas do mandato.

Pergunta-se: Por tal atitude, que punição disciplinar pode ser aplicada àquele Advogado?

- (a) Suspensão, pelo prazo de 30 dias a doze meses;
- (b) Suspensão, pelo prazo de mínimo de 30 dias e perdurando até que preste as contas devidas, podendo ser cumulada com multa de uma a dez anuidades;
- (c) Exclusão do Quadro da OAB-RJ;
- (d) Nova pena de censura, porém cumulada com a multa de uma a dez anuidades.

49. O Advogado JOSÉ DA SILVA retirou de Cartório, mediante "carga", os autos de um processo e não os devolveu no prazo devido. Intimado a devolvê-los em 24 horas, também não o fez.

Pergunta-se: Ao todo, o que pode acontecer àquele Advogado?

- (a) Sofrer a busca e apreensão dos autos e ser punido pela OAB;
- (b) Sofrer a busca e apreensão dos autos; perder o direito de vista dos autos fora de cartório; pagar multa de meio salário mínimo e ser punido pela OAB;
- (c) Sofrer a busca e apreensão dos autos; ser punido pelo Juiz do processo e ser punido pela OAB;
- (d) Sofrer a busca e apreensão dos autos; perder o direito de vista dos autos fora do Cartório; pagar multa de meio salário mínimo; ser punido pela OAB e ser punido criminalmente pela retenção dos autos.

50. Encerrado o processo e concluído o seu mandato, o Advogado revelou, sem justa causa, um segredo que lhe foi confidenciado pelo Cliente.

Pergunta-se: O que pode acontecer com aquele Advogado?

- (a) Será apenas punido disciplinarmente pela OAB;
- (b) Será punido disciplinarmente (pela OAB) e criminalmente, sem mais conseqüências;
- (c) Será punido disciplinarmente e criminalmente, além de ficar obrigado a reparar o dano causado;
- (d) Não sofrerá qualquer punição, uma vez que ele já havia concluído o seu mandato e, portanto, não tinha mais relação com o Cliente.